

Elucubrações Tópicas em Teoria e Metodologia da História Econômica

Por JAEDER FERNANDES CUNHA

Doutorando História Econômica - USP

RESUMO

A questão da explicação em história é uma das grandes questões contemporâneas em epistemologia das ciências humanas. Disciplinarmente, história e economia possuem relações permanentes. A história cujo objeto é o passado não dispõe de natureza aplicável, como na economia – ciência social aplicada –, haja vista a imutabilidade do passado, isto pelo menos em relação à “história acontecimento”, o que pode não sê-lo na “história discurso”. Indaga-se: como está situado o campo de estudo da história econômica defronte às tendências da disciplina histórica? Dado o seu caráter imanentemente “interdisciplinar” e “interdependente”, está esta área de estudo acompanhando as tendências e disposta aos enfrentamentos temáticos relacionados à teoria e metodologia específica para si enquanto um campo de estudo autônomo?

Palavras-chave: teoria da história econômica; metodologia da história econômica; bases epistemológicas da história econômica; perspectivas epistemológicas da história econômica.

Elucubrações Tópicas em Teoria e Metodologia da História Econômica

QUASE UM ANO APÓS o segundo choque do petróleo – desencadeamento da tomada de poder e instalação de uma república populista teocrática islâmica liderada pelo aiatolá xiita *Rūhollāh Mūsavī Khomeynī* no Irã -, o historiador Eric J. Hobsbawm ao proferir palestra intitulada “Historiadores e Economistas” na Universidade de Cambridge, referindo-se sobre esta crise energética afirmou: “talvez a disciplina histórica possa contribuir para com os economistas para um esclarecimento, se não para uma revisão” (HOBSBAM, 1998: 107). Disciplinarmente, história e economia possuem relações permanentes. A história cujo objeto é o passado não dispõe de natureza aplicável, como na economia – ciência social aplicada -, haja vista a imutabilidade do passado, isto pelo menos em relação à “história acontecimento”, o que pode não sê-lo na “história discurso”. A economia necessariamente consulta a história, “na esperança de que o passado forneça respostas que o presente por si só parece relutante em produzir” (LÉVY-LEBOYER, 1969: 1062).

Inicialmente, indaga-se: a disciplina de história econômica é uma especialização da história ou trata-se de uma disciplina autônoma? Com base nos dizeres do professor Wilson Nascimento Barbosa em seminários apresentados no ano de 1988 no Departamento de História da Universidade de São Paulo, Souza (1996) postula o campo de estudo da história econômica enquanto “interdisciplina interdependente” cujo um conjunto de “peculiaridades a transforma em mais do que uma soma de disciplinas mas em algo dotado de autonomia suficiente para manter-se eventualmente à distância do mero préstimo de assistência das áreas afins” (SOUZA, 1996: 1).

Ao tratarmos introdutoriamente dos obstáculos e das dificuldades de campos de estudo interdisciplinares como o é o da história econômica, poderíamos de antemão nos apoiarmos na afirmativa de Guarinello (2004) em seu artigo intitulado “História científica, história contemporânea e história cotidiana”, o qual refletindo sobre as causalidades da “ordem à vida e à história” propôs a se “afastar de alguns pressupostos muito arraigados e arriscar um novo ângulo de visão. Pensar a ordem sem separar corpo e alma, ou matéria e pensamento, nem classificar a existência social em dimensões estanques e quase autônomas: o econômico, o político, o social e o ideal, por exemplo. São vícios de pensamento, alguns dos quais remontam aos gregos, e é difícil libertarmos deles” (GUARINELLO, 2004: 28). Assim sendo, mediante a herança cosmológica aristotélica impeditiva de pensarmos a ordem numa totalidade de dimensões da

existência, podemos deduzir nossa natural dificuldade de trato interdisciplinar ao objeto. Logo, quando tratamos de bases epistemológicas para um campo de estudo como o da história econômica, enfrentamos dificuldades, seja pelos obstáculos epistemológicos¹ de domínios de ambas as disciplinas, seja pelos obstáculos advindos da ciência como uma construção social, conforme Thomas Kuhn em seu conhecido livro *A estrutura das revoluções científicas*.

Em todo caso, parafraseando Saliba (2002) em seu “Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e o consumo das imagens”, é a “introdução de elementos históricos” que nos fará ver e desmistificar o mundo e nosso imaginário, mostrando que muitos dos traços culturais de nossa visão “foram construídos ou constituem partes de uma realidade (mal) criada”. O que vemos está codificado por uma cosmovisão estabelecida antes de nosso nascimento, logo “vivemos numa espécie de intoxicação visual, na qual o conhecer se reduziu ao ver, o *estou vivendo* substituiu o *eu compreendo*”. Portanto, o aparente “é um artifício universal e o usual é um engodo” (SALIBA, 2002: 124-126).

De qualquer maneira, “a questão da explicação em história é uma das grandes questões contemporâneas em epistemologia das ciências humanas”, afirma Albieri (2006). A questão para a autora é a unidade de método empregado pelas ciências da natureza legitimado em torno do modelo “nomológico-dedutivo de explicação e predição”, onde discussões recentes têm destacado “a diversidade de tipos explicativos da história” (ALBIERI, 2006: 1).

Nesta linha de raciocínio, para responder a questão inicial teremos que nos adentrar na seara da teoria da história e a “diversidade de tipos explicativos”, conforme Albieri. Para isto, há uma extensa bibliografia. Não sendo este o momento mais apropriado para extensas elucubrações, não obstante rápidas citações de alguns teóricos e seus posicionamentos muito conhecidos fazem-se necessários.

François Dosse em seu *A História*, por exemplo, considera “a indeterminação própria ao discurso histórico tensionado entre as humanidades e ambição científica” como ponto alto de sua reflexão (DOSSE, 2003: 146). Peter Burke em *A Escrita da História* se debruça - além de coletar textos de diversos historiadores como Jim Sharpe, Joan Scott, Henk Wesseling, Giovanni Levi, dentre outros - em ressaltar o

¹ Referimo-nos ao termo “Epistemologia” enquanto campo de estudo, cf. estudos e autores clássicos como K. Popper, T. Kuhn, R. Rorty, G. Bachelard, W. Heisenberg, C. B. Hempel, I. Lakatos, A. Musgrave, E. Nagel, W. Salmon, etc (dados adicionais na bibliografia fundamental).

“renascimento da narrativa”, explicitando as principais diferenças entre os campos estrutural e narrativo, já que “os historiadores destes dois campos (...) diferem não apenas na escolha do que consideram significativo no passado, mas também em seus modos preferidos de explicação histórica” (BURKE, 1992: 332). Lawrence Stone em artigo intitulado “O Ressurgimento da narrativa, reflexões sobre uma nova velha história” preocupa-se em distinguir a história narrativa da história estrutural pela “sua disposição ser mais descritiva do que analítica” a fim de equacionar os olhares depreciativos do presente sobre ela. (STONE, 1991: 13). Carlo Ginzburg em seu recém *O Fio e os Rastros* defende as virtudes da história enquanto grande prosa da ficção como modo de conhecimento da realidade, mantendo seu olhar sobre “o ataque cético à cientificidade das narrações históricas (...) em seu caráter subjetivo, que se assimilaria às narrações ficcionais” (GINZBURG, 2007: 9). Hayden White, o tão combatido autor dos *Trópicos do Discurso* já prefere, ao se referir sobre o que ele denomina de “ficções da representação factual”, tornar análogas entre “os historiadores e os escritores de ficção as formas dos seus respectivos discursos e os seus objetivos da escrita”, onde afirma tacitamente que estes “são amiúde os mesmos” (WHITE, 2001: 137). Paul Veyne em seu *Como se Escreve a História* questiona a historiografia como pretensa a se constituir em ciência pura, aproximando-a da ficção.

Podemos continuar citando quase que indefinidamente autores divergentes e concordantes sobre a metodologia da escrita histórica. Se caminharmos para as especialidades da história a bibliografia multiplicam-se exponencialmente. Por exemplo, sobre o estudo do cotidiano, podemos citar ao calor da hora Michel de Certeau, que realizou uma reflexão pioneira sobre os usos cotidianos da cultura; Henri Lefebvre em seu *Critique de la vie quotidienne*, o qual percebe o cotidiano como produto do capitalismo e espaço de alienação; Michel Maffesolli em *A Conquista do Presente*, onde ao contrário, o cotidiano é a reação contra a homogeneização da dimensionalidade do mundo; Agnes Heller em *Sociologia de la vida cotidiana*, no qual se atenta para as estruturas do cotidiano, onde as ações cotidianas como a linguagem, os hábitos e a usualidade dos objetos compõe o que ele denomina de “o mundo das objetivações”; e Claude Javeau, o qual reúne em seu *La société au jour le jour* a macro e micro história, cuja a coletividade reproduz inconscientemente ou não a continuidade do viver social.

Demais temas em teoria da história e respectivos autores são numerosos, tais como Tzvetan Todorov, Krzysztof Pomian, Keith Jenkins, R. Lenoble, C. Lloyd, J. F. Lyotard, H. I. Marrou, P. Gardiner, R. G. Collingwood, J. Fontana, P. Gay, P. Ricouer,

além dos conhecidíssimos afiliados a *École des Annales*, os fundadores Marc Bloch e Lucien Febvre, Fernand Braudel, o expoente da segunda geração, e herdeiros posteriores desta escola como Jacques Le Goff em sua coleção *La nouvelle histoire*, o já mencionado Michel de Certeau numa história inspirada pela psicanálise e, Michel Foucault em seus estudos da formação discursiva e relação do saber e poder. Estes são alguns dos autores muitíssimo relevantes, seja por suas posições análogas seja por seus posicionamentos críticos combativos à hegemonia de seu tempo. No entanto, estes são apenas alguns dos exemplos mais notórios.

É neste terreno movediço que propomos desenvolver nossa exposição. Se não bastasse, o terreno se torna ainda mais instável quando adicionamos novos elementos. Considerando como já superadas as questões das fontes/documento - monumentalizada no clássico texto de Jacques Le Goff intitulado “Documento/Monumento” - e as da análise comparada da metodologia da escola positivista germânica - conduzida sob os auspícios do rigor do método por Leopold Von Ranke – *versus* a *École des Annales* (essa última ainda em debate quanto ao rigor ou não do método, considerando a vulgarização do *fazer história* por outros profissionais além do historiador profissional), podemos dizer que o primeiro desses elementos adensadores é a natureza interdisciplinar do campo de estudo da história econômica já mencionada no início deste texto. A junção destas disciplinas implica desde o seu estabelecimento numa clássica apagogia fragilizada, numa aporia institucional, isto é, na sua própria crise identitária.

Tradicionalmente existem duas grandes linhas na área de história econômica, a *materialista* e a *quantitativa*. Ambas distinguem-se pela natureza de tratamento do objeto. A primeira interessa-se pelos *modos de produção*, compreendido como a forma de organização sócio-econômica das relações de produção e das forças produtivas, donde se vincula a uma acepção sistêmica da sociedade. A segunda linha concentra seus estudos na *esfera da circulação*. Nesta, conformam-se “New Economic History” e “Counter-factual History”, as quais basicamente tratam de teoria neo-clássica retrospectiva. Denominada também de “cliometria” utilizam-se de ferramentas de estatística, demografia, econometria, geografia e até mesmo da macroeconomia, as quais são demasiadamente úteis. Para Pierre Chaunu, a história econômica quantitativa é uma “história do movimento, da variação, da estrutura ondulante da economia” (CHAUNU, 1988: 45). Tais modelos atraíram inicialmente mais historiadores nos Estados Unidos. Douglass North considera que a “‘New Economic History’ contribuiu de forma sistemática para o uso da teoria e dos métodos quantitativos na disciplina

histórica” e, mais do que isso, afirma que “o uso sistemático da teoria econômica neoclássica retrospectiva contribuiu incisivamente para a história econômica, concedendo uma nova luz, servindo para diminuir as diferenças no alcance das questões” (NORTH, 1974: 1-7). Para Hobsbawm, “embora ela tenha atraído pessoas de grande talento”, referindo-se ao prêmio Nobel Robert Fogel, “trata-se de admirável inventividade na exploração e aproveitamento de fontes históricas, [mas] até agora ela tem sido menos que revolucionária” (HOBSBAWM, 1998: 108).

É nesta perspectiva de Hobsbawm que acreditamos estar situado o epicentro da crise identitária do campo de estudo da história econômica. Existem dois tipos de história econômica: a “velha” e a “nova”. A primeira destina-se aos historiadores e, a segunda aos economistas (HOBSBAWM, 1998: 108). A denominada “velha”, de tradição marxista - em terminologia depreciativa imposta pela nova -, admite análises frutíferas, contrariando os modismos acadêmicos do presente já que muitas das certezas tornadas axiomas da “nova” foram herdadas (apropriadas) da “velha”. “Certamente há riscos em optar por refletir a história utilizando-se das categorias marxistas numa tentativa de superar o empirismo dominante e no esforço de compreender as tendências de longo prazo na busca em apreender o “sentido” da história, pois admitida às últimas conseqüências pode desembocar numa negação da história, na historização e no reducionismo”, afirma Eduardo Mariutti. Por outro lado, “a sua recusa completa significa a defesa da contingência e a capitulação ante o relativismo total, tendências igualmente a-históricas e simplificadoras” (MARIUTTI, 2004: 21). Quanto a estes riscos devemos muitíssimo considerar a alerta que Jorge Grespan faz em seu estudo concebido em função de alto rigor teórico-metodológico sobre *O conceito de crise na crítica de Marx à economia política*², onde afirma que “o erro de vários autores que discutiram e discutem o problema do destino do capitalismo, tomando por base a teoria de Marx, (...) é que quando se considera, (...) em passagens intermediárias, (...) a ‘possibilidade’ como modalidade predominante (...) sobre a necessidade, enquanto modo pelo qual a autonegação do capital se realiza nas crises, no final, quando se unificam as esferas (esferas da circulação e produção imediata), (...) é a necessidade que predomina sobre a possibilidade a ponto de a crise parecer inevitável, seja como colapso, seja como retorno cíclico da tendência negativa”, referindo-se a natureza teleológica destes vários autores negligentes (GRESPLAN, 1998: 45). Portanto, os riscos

² Grespan, J. L. S. *O Negativo do Capital. O conceito de Crise na Crítica de Marx à Economia Política*. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 1998.

mencionados por Mariutti não devem ser creditados, conforme Grespan, à teoria da história de Marx, mas ao mau uso pelos que dela se utilizaram e utilizam.

Na “nova” história econômica se observa uma mudança de preocupação por parte do sujeito, o qual seu foco migrou da *esfera da produção* para a *esfera do consumo* e, este é o perigo admoestado por Grespan, o qual refere-se ao erro das abordagens determinísticas destes autores em migrarem seu foco de análise da *esfera da produção* para a *esfera da circulação* (GRESPLAN, 1998: 32-47). Tal mudança também trouxe dificuldades na identificação da história econômica. A “nova” história econômica passou a tutelar não somente o objeto econômico histórico, mas numerosas variáveis da esfera da circulação e do consumo. Um exemplo é a história do gerenciamento, obscura entre história econômica e administrativa. O mesmo ocorre com a história da publicidade, pois considera a história econômica e a história da comunicação.

Retornando a questão internalista da disciplina da história econômica podemos considerar que a distinção básica entre a “velha” e a “nova” é que a primeira concentra suas análises na historização e a segunda na a-historicidade, considerando nesta última a implicação da teoria neoclássica retrospectiva. De nada há de “revolucionário” na “nova”, conforme a atestação de Hobsbawm. Não se trata de desconsiderar o papel da teoria econômica na disciplina da história econômica. A “história econômica não implica desconfiança da teoria como tal” (HOBSBAWM, 1998: 109), apenas a “velha” implica nalgum ceticismo em relação à “nova”, haja vista sua a-historicização.

Fernando Antônio Novais, um dos mais proeminentes historiadores brasileiros, autor do clássico *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, de 1973, marco da historiografia brasileira, elucida - numa visão acurada, crítica e propositiva da história - o ambiente acadêmico contemporâneo “pós-moderno”. Análogo à Hobsbawm, tratando-se de matriz teórica marxista, considera que os historiadores econômicos em seu ofício desenvolveram distúrbios de bipolaridade, os quais estreitam sua identidade entre as duas disciplinas que lhe conferem titulação: história e economia. Havendo uma história econômica dirigida para historiadores e outra para economistas (e demais cientistas sociais), Novais compartilha dos dizeres de Hobsbawm, afirmando que “em economia há história econômica retrospectiva. Há economia retrospectiva e história econômica. São coisas diferentes. Claro que está tudo no mesmo campo. De um modo geral, história econômica feita em faculdades de Economia por economistas é economia retrospectiva. História econômica feita em faculdades de Filosofia por historiadores é história econômica” (NOVAIS, 2008: 7).

Fernando Novais apresenta um sofisticado sistema teórico da história. Enquanto seu aluno em cursos³ ministrados nos anos de 2006 e 2007 na Universidade de São Paulo, no Departamento de História dirigidos aos pós-graduandos em História Econômica, os seus dizeres em entrevista concedida à Revista Brasileira de Psicanálise⁴ significam relevante base teórica para esta exposição, pois documentou-se em formato de aula sua perspectiva da história. Considerando que para os historiadores o conteúdo é a historicidade, pois é esta o impeditivo de se evitar ao máximo o anacronismo – pecado mortal para o historiador, conforme Lucien Febvre -, a disciplina histórica objetiva a reconstituição enquanto fim e não enquanto meio, como se dá nas ciências sociais onde sua finalidade última é a explicação, isto é, a totalização pela conceitualização. Para a disciplina histórica vale o reflexo da imagem, o inverso. Nas próprias palavras de Novais “a história sacrifica a conceitualização pela totalização, enquanto as ciências sociais sacrificam a totalização pela conceitualização. Tanto a história como as ciências sociais visam a reconstituir e explicar a realidade. Mas o historiador usa os conceitos (isto é, a explicação) para a reconstituição; o cientista social usa a reconstituição para a explicação. O que para um é o fim para outro é o meio” (NOVAIS, 2008: 6).

Outros elementos adensadores são considerados pelo pensamento novaisdiano⁵. Refere-se ao que Fernando Novais denomina de “níveis de realidade e esferas de existência”. Em seu conceito de história “toda a esfera de existência pode ter todos os níveis de realidade”. Fazendo um paralelo entre os meridianos e os paralelos, onde os primeiros são “as esferas da existência” e os segundos “os níveis da realidade”, explica que “a história trata sempre de todas as esferas da existência, porque o historiador visa sempre a reconstituir os acontecimentos, não apenas explicá-los”. A história ancora-se nas ciências sociais porque não possui “conceitos próprios, não tem jargão”, referindo-se à metodologia. Mas também alerta que não há impactos da história sobre as ciências sociais e, sim o contrário, pois a história existe desde que o bicho desceu da árvore, pois “bicho não desce da árvore e vira gente sem criar memória”, considerando que “para a memória se constituir é preciso que exista uma narrativa do que aconteceu” (NOVAIS, 2008: 4).

³ Cursos “Historiografia Geral e do Brasil” (16.08.2006 à 07.11.2006) e “Formação do Capitalismo sécs XV-XVIII” (14.03.2007 à 05.06.2007).

⁴ Maiores detalhes consultar “Fernando A. Novais: entrevista”, publicação pela Revista Brasileira de Psicanálise v. 42, n. 2, São Paulo, jun. 2008. Consultar também seu recente livro intitulado Aproximações: estudos de história e historiografia. São Paulo, Cosac Naify, 2005.

⁵ Sem pretensões impositivas, denominaremos o pensamento de Fernando A. Novais de “pensamento novaisdiano”.

Logo, além das questões até aqui tratadas (1. diversidade de explicativas históricas, 2. obstáculos à pesquisa interdisciplinar, 3. crise identitária da história econômica/campo interdisciplinar/discussões das bases epistemológicas das disciplinas, 4. problemática de metodologia comparada entre história e ciências sociais), gostaríamos de trazer à tona um outro elemento capaz de ampliar os horizontes da temática aqui tratada: a subjetividade do sujeito no constructo do discurso histórico.

Deveríamos questionar tal questão? Novais afirma que considerar que “a história discurso não é a mesma coisa que a história acontecimento, é distinção absolutamente consensual” (NOVAIS, 2008: 3). Mesmo considerando que o discurso histórico ou que “o passado que estudamos é só um constructo de nossas mentes” (HOBSBAWM, 1997: 8), Hobsbawm acredita que “sem a distinção entre o que é e o que não é não pode haver história”, referindo-se aos fatos históricos enquanto fatos e não ficção. Defende “vigorosamente que a opinião de que aquilo que os historiadores investigam é real (...) e por mais longe que possam chegar, é a distinção (...) entre fato comprovável e ficção, entre declarações históricas baseadas em evidências e sujeitas a evidenciação e aquelas que não o são, (...) o ponto absolutamente central de partida de todos os historiadores” (HOBSBAWM, 1997: 8). É consenso, conforme Novais, que “história acontecimento” é distinta de “história discurso”, conforme já mencionamos, mas ambos historiadores de reconhecidas lavraturas nos admoestam quanto ao relativismo do mundo contemporâneo ou como queiramos o pós modernismo subjacente. “Estou preocupado com os usos e abusos da história” afirma Hobsbawm referindo-se aos relativistas, pois “poucos estão à altura plena de suas convicções” (*idem*).

Ramos do Ó⁶, historiador e filósofo português dedicado ao tema da subjetividade do sujeito, admite a utilização do “discurso como um alvo e uma arma”, onde o sujeito pode ser “escravo e senhor da linguagem” (Ó, 2008). Este autor compartilha de uma perspectiva em que as “formas pelas quais os recursos retóricos e expressivos do discurso são utilizados para a obtenção de certos efeitos sociais, podem acentuar a ubiquidade do poder nas sociedades modernas, através dos jogos de linguagem” (*idem*). Fundamentado em Barthes, Deleuze, Derrida e Foucault, Ó reflete sobre o trabalho de deslocação que se exerce sobre o jogo de palavras, isto é no constructo do discurso pelo sujeito.

⁶ Em curso ministrado na Universidade de São Paulo, na Faculdade de Educação, rerepresentado na 31ª/2008 Reunião anual da ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, intitulado “A crítica pós-estruturalista e a emergência de uma escrita científica de si: os desafios de Barthes, Deleuze, Derrida e Foucault”.

Um dos elementos sustentadores da subjetividade é o “lugar social” do sujeito. Para Nóvoa (2007) “os estudos referentes às vidas (...) dos indivíduos, permitem-nos encarar a intersecção da história do sujeito com a história da sociedade” (NÓVOA, 2007: 75). Conforme Dominique Maingueneau, em suas aulas proferidas na Universidade de São Paulo (*apud* Guirado, 2000: 23) o “discurso (...) procura pensar a relação entre um lugar social e uma certa organização textual”. Para Maingueneau o “lugar social” adquire sentido amplo podendo ser a política, uma doutrina, uma aula, enfim, uma vivência vivida pelo indivíduo o qual está por leis orgânicas em constante formação enquanto sujeito no mundo.

De qualquer modo, há um consenso geral quanto à interferência do sujeito na construção do discurso histórico. Podemos também nos apoiar nos estudos de Ricouer⁷ em relação ao sujeito ou a subjetividade do sujeito. De qualquer maneira o discurso como um constructo que perpassa pela subjetividade de quem o produziu é elemento que deve ser considerado num estudo de teoria e metodologia da história, inclusive no campo de estudo da história econômica. Por outro lado, o discurso histórico produzido pelo sujeito nos diz muito sobre sua relação com o campo social apreendido através de sua história (GADET & HAK), o que neste caso interessa mais aos lingüistas afiliados ao campo da Análise de Discurso⁸. No caso desta reflexão nos interessa a perspectiva da visão de historicidade enquanto acontecimento, onde o passado não se demonstra enquanto região organizada e imutável sem sofrer a interferência do presente, isto é pelo sujeito⁹. Em conformidade com os dizeres de Lucien Febvre em relação ao anacronismo acometido pelo historiador, podemos afirmar que no tempo presente o sujeito em seu ofício de historicizar convive com um problema, pois esquecer ou lembrar-se de algo não é uma opção, é uma imposição orgânica cerebral. Em relação a isto, Novais afirma em tom questionador que muito das vezes “queremos lembrar alguma coisa e

⁷ Paul Ricouer (dados adicionais na bibliografia fundamental).

⁸ A área de Análise de Discurso foi fundada por Michel Pêcheux. Considera-se que antes de Pêcheux, Zellig Harris apresentou uma obra intitulada *Discourse Analysis*. Cf. Rocha-Coutinho (1998), para alguns autores esta obra consiste no ponto de partida da Análise do Discurso, tendo inclusive sido ele o nomeador dessa área de estudos. No entanto, Cf. Brandão (2002), embora a obra de Harris possa ser considerada por alguns como obra fundadora da análise do discurso, ela se coloca ainda como simples extensão da lingüística imanente, pois utiliza-se de procedimentos apenas de análise despossuída de reflexão sobre a significação e as considerações sócio-históricas que vão definir posteriormente a Análise do Discurso. Desta maneira é razoavelmente consensado que o caráter fundador é atribuído a Pêcheux, enquanto à obra de Harris considerada como fundadora na área de Análise Textual (Brandão, 2002).

⁹ A abordagem em história inspirada na psicanálise de Michel de Certeau, ou em *L'Ordre Du discours* ou *Arqueologia do saber* de Michel Foucault ou mesmo em *Freud para historiadores* de Peter Gay refletem nos trabalhos de Jacqueline Authier-Revuz, a qual revela o “lugar do sujeito” na constituição discursiva. Essa autora, à luz das concepções de discurso de Bakhtin, Pêcheux e Courtine, compreende esse posicionamento como resultante do interdiscurso.

esquecemos e, quantas coisas queremos esquecer e não conseguimos?” Este é o problema para o historiador, este não opta pelo que vai esquecer ou se lembrar. “História sem anacronismo nenhum, só feita por Deus. Os historiadores sempre incorrem em anacronismo” (NOVAIS, 2008: 17).

À guisa de conclusão, considerando a subjetividade do sujeito no *constructo* do discurso histórico, devemos considerar o “lugar social” (isto é, o lugar de onde o sujeito fala) como um elemento que também condiciona “sentido” nesse processo de construção discursiva. A admissão do discurso como objeto de investigação sob a tutela de Michel Pêcheux parte do pressuposto de que o sentido do discurso não é transparente, ao contrário, ele é opaco e, assim é preciso desconstruir a discursividade para enxergá-lo (GREGOLIN, 2001: 11). Mas como desconstruir a discursividade do sujeito? Decodificando o “sentido” introduzido pelo sujeito no discurso. Torna-se necessário estudarmos o “lugar do outro” na constituição discursiva (AUTHIER-REVUZ, 2001: 8-11). Para tal empreendimento o historiador deverá estar em condições íntimas com o campo de estudo da Análise de Discurso, o que talvez tem implicado em resistência à maioria dos historiadores, principalmente aos menos afeiçoados ao campo de teoria da história, o que está em conformidade com as palavras de E. Hobsbawm do prefácio de seu “Sobre História”, avisando-nos que mesmo “os historiadores menos inclinados à filosofia quase não podem mais evitar reflexões sobre sua matéria” (Hobsbawm, 1997 7), referindo-se às vicissitudes do pós-modernismo em que convivemos.

Os dedicados ao *métier* de Clio, os historiadores, convivem atualmente numa realidade mental e sistemática de idéias onde vale muito o relativizar a disciplina histórica. Torna-se sugestivo uma reflexão do “estudar” e do “fazer história” considerando os elementos aqui reunidos e, demais que possam porventura ser lembrados/pensados e que de alguma forma contribuam para a compreensão dos próprios historiadores em relação ao seu peculiar ofício. No caso da história econômica nada lhe é diferente em relação à disciplina histórica em suas numerosas especialidades. Apenas possui uma identidade interdisciplinar de longa data, o que não significa estar amadurecida. A crise identitária mencionada no início desta exposição é uma realidade, não obstante são essas ocasiões oportunas para uma retomada consistente em defesa e ampliação das zonas epistemológicas limítrofes deste campo de estudo. Vale dizer que em tal ampliação de encontros há uma exigência: a necessidade de corresponder à natureza genética interdisciplinar desta área do conhecimento, mas não limitado apenas

entre as disciplinas de história e economia, devendo-se ampliar a iniciativa para novos enfrentamentos como esses aqui rapidamente mencionados, sobretudo quanto à questão da subjetividade do sujeito na construção do discurso histórico.

A história econômica deve ampliar os seus diálogos com as demais ciências acompanhando e participando das tendências do campo histórico. O isolamento enfraquece a unidade e, neste caso o são o diálogo e a permanência da área de história econômica defronte as tendências da área de história social. Possivelmente é sugerível atentarmos aos dizeres de J. Le Goff em seu “História Nova”, o qual no terceiro subtítulo intitulado “a preocupação com as idéias e as teorias” afirma que “as ciências só avançam graças ao poder criativo e original do pensamento” e, que apesar da multiplicidade de especialidades da disciplina histórica o historiador não deve abandonar as reflexões teóricas da história. Ainda neste artigo, especificamente no subtítulo “a história e as outras ciências humanas”, além de citar a sociologia de Durkheim, a economia, a matemática social, as ciências biológicas e a geografia, cita também a psicologia, especificamente a psicologia social e a psicologia científica, dando ênfase a relação da lingüística moderna e semiótica com a psicanálise. O que retratamos neste pequeno texto, evidenciando as questões do “lugar social” e da subjetividade no constructo do discurso histórico pelo sujeito (Análise de Discurso), são questões já conhecidas. Nossa proposição não é o ineditismo, mas apenas em ressaltar a relevância destes eixos temáticos também para o campo de estudo da história econômica, além de nos preocuparmos com sua permanência frente aos desafios e tendências que se impõem sobre a área de história, sobretudo àqueles ditados pela história social. Na prática trata-se de reposicionar a agenda em conformidade às tendências da área de história e não deixar-se seduzir-se unicamente pela relação às vezes viciosa e dependente junto à disciplina de economia. O eixo sustentador da área de estudo da história econômica ao nosso entender deve ser a “inter-relação interdependente” das disciplinas de história e economia de um lado com as demais disciplinas das ciências diversas (humanas, social, biológica, etc) de outro, o que está em conformação às afirmativas do professor Wilson N. Barbosa e seu discípulo Luiz Eduardo S. Souza, além dos professores Norberto Guarinello, Elias T. Saliba e Sara Albieri, esses referindo-se a natureza e diversidade explicativa da disciplina histórica mencionadas inicialmente neste trabalho. Neste caso, os temas aqui apresentados foram dirigidos numa tentativa de conferir tais perspectivas da história e história econômica.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL E GERAL

ALBIERI, Sara. “A questão da explicação em história”. *Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo*. Assis: ANPUH/SP/UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006. Cd-rom.

AYMARD, Maurice. *O homem e o historiador*. Trad. Rose Belim Moter. In LOPES, M. A. (Org.) *Fernand Braudel, tempo e história*. Rio de Janeiro, FGV, 2003, pp. 11-20.

ARISTÓTELES. *Categorias*. Porto, Porto Editora, 1995.

ARRIVÉ, M. *Linguística e psicanálise: Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e os outros*. São Paulo, EDUSP, 2001.

AUTHIER-REVUZ, J. La représentation du discours autre : un champ multiplement hétérogène. Actes du colloque: Le discours rapporté dans tous ses états. Bruxelles, 8-11, novembre, 2001.

_____. Hétérogénéité montrée e Hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV* 26. Paris, 1982, p. 91-115.

_____. Hétérogénéité(s) énonciative(s). *Languages*, n. 73, 1984, p. 98-109.

BACHELARD, Gaston. “Conhecimento comum e conhecimento científico” In: *Tempo Brasileiro*. São Paulo, n. 28, p. 47-56, jan-mar 1972.

_____. *O racionalismo aplicado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

_____. *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. *O novo espírito científico*. Lisboa: Edições 70, 1996a.

BAKHTIN, M. M. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.

BARBOSA, Wilson do Nascimento. “A história econômica como disciplina independente”. Palestra proferida no Departamento de História. São Paulo: FFLCH-USP, 05/9/1988, p. 1. (mimeo)

_____. “Teoria e Empiria”. São Paulo, Departamento de História da USP, Seminários de Pós-Graduação, 1991. (mimeo)

_____. “História Econômica e História Social: principais diferenças metodológicas”. São Paulo In: *Reciclagem de Professores Secundários*, 1994, São Paulo. Publicações FDE, 1994.

_____. “O Historiador e o Fato Histórico. Caminhos da História”. *Montes Claros*, v. 44, n. 4, p. 07-31, 1999.

_____. *Problemas do Historiador Docente*. Produções CHLA, Maceió, v. 11, 2000.

- BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. Lisboa: Edições 70, 1974.
- _____. *Roland Barthes por Roland Barthes*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003
- _____. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004a.
- _____. *O grau zero da escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2004b.
- BLANCHÉ, R. & DUBUCS, J. *História da lógica de Aristóteles e Bertrand Russel*. Lisboa, Edições 70, 2000.
- BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Lisboa: Europa-América, 1965.
- _____. *História e Historiadores*. Lisboa: Teorema, 1998.
- _____. *Apologia da história: ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BRAIT, B. “Discurso, esse objeto de múltiplas faces”. In: GREGOLIN, M. R.; BARONAS, R. *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos: Claraluz, 2001.
- BRANDÃO, M. H. N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Unicamp, 2002.
- BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais. A longa duração. In: BRAUDEL, F. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- _____. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- _____. *História e Ciências Sociais*. 6ª ed. Lisboa: Presença, 1990.
- _____. *Gramática das Civilizações*. Lisboa: Teorema, 1989.
- _____. *Reflexões sobre a história*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- BURKE, Peter. *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- CARDOSO, S. H. B. *Discurso e ensino*. Belo Horizonte: Automática, 1999.
- CERTEAU, Michel de. *Une politique de la langue: la Révolution française et les patois*. Paris: Gallimard, 1975.
- _____. *Histoire et psychanalyse entre science et fiction*. Paris: Gallimard, 1987. Collection Folio/essays; 59.
- _____. *A Escrita da História*. São Paulo: Ed. Ensaio/Unicamp, 1994.
- _____. *A invenção do cotidiano*. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- _____. *A Cultura no Plural*. 4ª ed. Campinas, Papyrus, 2005.
- CHANTAL, Blanc-Pamard & RAISON Jean Pierre. Paisagem. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: I Nacional, 1980.
- CHAUNU, Pierre. *Histoire quantitative, histoire sérielle*. Paris: A Collin, 1978.

- _____. “A Economia: Ultrapassagem e Prospectiva” in LE GOFF, J. e NORA, P. *História: Novas Abordagens*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- COSTA, N. *Ensaio sobre os fundamentos da lógica*. São Paulo, Hucitec, 1980.
- _____. *O conhecimento científico*. São Paulo, Discurso Editorial/FAPESP, 1997.
- COURTINE, J. “Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse Du discours: à propos du discours communiste adresse aux chétiens”. *Languages*, n. 62, p.9-127, juin, 1981.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Lisboa: Fim de Século, 2003.
- _____. & Guattari, Félix. *O que é filosofia*. Lisboa: Editorial Presença, 1992.
- _____. & Guattari, Félix. *O Anti-édipo: Capitalismo e esquizofrenia*. Lisboa: Assírio e Alvim, 2004.
- _____. & Parnet. *Diálogos*. Lisboa: Relógio d'Água, 2004.
- DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- _____. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- _____. *Posições*. Porto Alegre: Autêntica, 2001b.
- _____. *Sob palavra: instantâneos filosóficos*. Lisboa: Fim de Século, 2004.
- _____. *Aprender finalmente a viver*. Coimbra: Ariane Editora, 2005.
- _____. & Roudinesco, Elisabeth. *De que amanhã... Diálogo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- DOSSE, François. “O Traje Novo do Presidente Braudel” In: MARCOS LOPES (Org) *Fernand Braudel. Tempo e História*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- _____. *A História*. Bauru: Edusc, 2003.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Presença, 1989.
- _____. & Fernand Braudel. *Rumos do Mundo*. Lisboa: Cosmos, 1963.
- FONTANA, J.. *La Historia después del fin de la Historia: reflexiones acerca de la situación actual de la ciencia histórica*. Barcelona, Crítica, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.
- _____. *L'Ordre Du discours*. Paris: Gallimard, 1971.
- _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. “Politics and the study of discourse” In G. Burchell, C. Gordon & P. Miller (Eds.). *The Foucault effect: studies in governmentality*. Londres: Harvester, 1991. Wheatsheaf, pp. 52-72.
- _____. *O que é um autor?* Lisboa: Veja, 1992.

- _____. *Surveiller et punir*. Paris: Gallimard, 1993.
- _____. “Les mailles du pouvoir” In *Dits et Ecrits*, vol. 4. Paris: Galimard, 1994, pp. 182-201.
- _____. “‘Omnes et singulatim’: vers une critique de La raison politique” In: *Dits et Ecrits*, vol. 4. Paris: Gallimard, 1994, pp. 134-161.
- _____. *A ordem do discurso*. Lisboa: Relógio d'Água, 1997.
- _____. *Arqueologia do Saber*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- _____. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FRAGO, Antonio Viñao. “Lenguaje e realidad: El discurso histórico y su aplicación al ámbito histórico-educativo”. *Anales de Pedagogía*, 1996, nº 14, 157-214.
- GADET, F. & HAK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1993.
- GAY, Peter. *Freud para historiadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GINZBURG, C. *Relações de força. História, retórica, prova*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2002.
- _____. *O Fio e os Rastros*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007.
- GOFFMANN, E. *La presentacion de la persona en la vida cotidiana*. Buenos Aires: Amorrurto, 1959.
- GRATALOUP, C. “L’appel des grands espaces”. *Espaces Temps* (34/35), 1986.
- GREGOLIN, M. R. F. V. “Olhares oblíquos sobre o sentido do discurso”. In: Maria do Rosario Valencise Gregolin; Roberto Leiser Baronas. (Org.). *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. 01 ed. São Carlos, SP: Claraluz, 2001, v. 01, p. 02-16.
- GRESPLAN, Jorge L. *O Negativo do Capital. O conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1998.
- _____. “A Economia Mundo” In: *Jornal de resenhas*, nº 76, 14.07.2001, vol. 3, pp. 2194-2196. São Paulo: Discurso Editorial, 2002.
- _____. “A teoria da história em Caio Prado Jr.: dialética e sentido” In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 47, setembro de 2008, pp. 57-74.
- GUARINELLO, Norberto L. “História científica, história contemporânea e história cotidiana”. São Paulo, *Revista Brasileira de História*, 2004, vol. 24, nº 48.
- GUIRADO, M. *Psicanálise e análise do discurso. Matrizes institucionais do sujeito psíquico*. São Paulo, Summus, 1994.
- _____. *A clínica psicanalítica na sombra do discurso. Diálogos com aulas de Dominique Maingueneau*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
- HARRIS, Zellig. *Discourse Analysis*. Pensilvania: Sapiro, 1952.

- HEISENBERG, W. *Física e Filosofia*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.
- HELLER, A. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Ed. 62, 1970.
- HEMPEL, C. G. *Filosofia da ciência natural*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Schwarcz, 1998.
- JAPIASSÚ, Hilton. *Para ler Bachelard*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. (Série Para ler).
- JAVEAU, Cl. *La société au jour le jour. Écrits sur la vie quotidienne*. Bruxelles: De Boeck-Wesmael, 1991
- LAUDER, Derek. *Modern social theory: Key debates and new directions*. Londres: University College of Londres Press, 1997.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Lisboa: Gradiva, 2003.
- KUHN, T. S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- LAKATOS, I.& MUSGRAVE, A (orgs.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1979.
- LE GOFF, Jacques. *La nouvelle histoire*. Paris: 1978.
- _____. *História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- _____. “Documento/Monumento” In *História e Memória*. 4ª ed. Campinas: Unicamp, 1996.
- _____. “Memória”. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997. Vol.1, Memória-História. p.11-50
- LEFEBVRE, Henri. *Critique de la vie quotidienne*. Paris: L Arch, 1958.
- _____. *La Survie du Capitalisme*. Paris: Anthropos, 1973.
- _____. *Critique de la Vie Quotidienne I: Introduction*. Paris: Arche, 1977.
- _____. *Critique de la Vie Quotidienne II: Fondements d'une sociologie de la quotidienneté*. Paris: Arche, 1980.
- _____. *Critique de la Vie Quotidienne III: De la modernité au modernisme (pour une métaphilosophie du quotidien)*. Paris: Arche, 1981.
- LEITE, N. V. A. *Psicanálise e análise do discurso. O acontecimento na estrutura*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologie structurale*. 1973.
- LÉVY-LEBOYER, M. “La ‘New Economic History’”, *Annales: Economies, Sociétés, Civilisations*, 24 (1969).
- LOPES, Marco A. (Org.). *Tempo e História*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

- MAFFESOLI, Michel. *A Conquista do presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 3ª ed. Campinas: Pontes/Unicamp, 1997.
- MARIUTTI, Eduardo B. *Balanço do Debate: A Transição do Feudalismo ao Capitalismo*. São Paulo, Hucitec, 2004.
- MARX, Karl. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- _____. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Col Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MELO, M. F. V. “Psicanálise e análise de discurso: interlocuções possíveis e necessárias” In: *Latin-American Journal of Fundamental Psychopathology on Line*, V. 1, pp. 61-71.
- MOMIGLIANO, A. Origines des recherches sur l’antiquité. In: *Les Fondations du Savoir historique*. Paris: Belles Lettres, 1992, p.61-91.
- NAGEL, E. *Prova de Gödel*. São Paulo, Perspectiva, 1986.
- NORTH, Douglass C. “Beyond the Economic History” In *The Tasks of Economic History*. The Journal of Economic History, V. 34, Issue 1, Mar. 1974, pp. 1-7.
- NOVAIS, Fernando A. “Considerações sobre o sentido da colonização” In *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 6, p. 54-65, 1969.
- _____. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- _____. “Inteligência brasileira” In MORAES, R; Ricardo Antunes, Vera B. Ferrante (Orgs). São Paulo, SP : Brasiliense, 1986.
- _____. “Caio Prado Junior na historiografia brasileira” In: *Historica: Revista do Arquivo Sao Paulo*, v.1 , p.16-23, 1993.
- _____. “Anacronismo que, no dizer... [Prefácio]” In JANCSO, I. *Na Bahia, contra o Império: História do Ensaio de Sedicao de 1798*. Sao Paulo/Salvador : Hucitec/Edufba, 1996.
- _____. “Com a publicação deste livro... [Prefácio]” In: *Balanço do debate: a transição do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo, Hucitec, 2004.
- _____. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- _____. “A descolonização da história. [Entrevista]” In: *Folha de S. Paulo*. Mais! São Paulo, 20 nov. 2005. p. 4-5.
- _____. *História da vida privada no Brasil*. Coordenador-geral da coleção: Fernando A. Novais; organizadora do volume: Lilia Moritz Schwarcz. 5ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- _____. “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna” In: *História da vida privada no Brasil*. Coordenador-geral da coleção: Fernando A. Novais; organizadora do volume: Lilia Moritz Schwarcz. 5ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

_____. “Fernando Novais: entrevista”. *Revista Brasileira de Psicanálise*, vol. 42, nº 2. São Paulo, jun, 2008.

NÓVOA, António. “Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e o seu desenvolvimento profissional” In NÓVOA, António (Org.). *Vida de Professores*. Porto, Porto Editora, 2007.

Ó, Jorge Ramos do. *O governo de si mesmo: Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX-meados do século XX)*. Lisboa: Educa, 2003.

_____. “A crítica pós-estruturalista e a emergência de uma escrita científica de si: os desafios de Barthes, Deleuze, Derrida e Foucault” In *Anais da 31ª Reunião Anual da ANPED*, Caxambu, 2008.

PÊCHEUX, Michel. *L'analyse automatique du discours*. Paris: Dunod, 1969.

_____. & FUCHS, C. “Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours”. *Langage*, 37, 1975.

_____. *Discurso: acontecimento ou estrutura*. Campinas: Pontes, 1990.

_____. “A análise de discurso: três épocas”. In: GADET, F. & HAK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1993.

PENALVES, Antonio. “Tempo histórico e civilização material” In: LOPES, M. A. *Fernand Braudel, tempo e história*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp.21-34.

PETERS, Michael. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: Uma introdução*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação - as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

POPPER, Karl R. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo, Cultrix, 1972.

_____. *Conjecturas e refutações*. Brasília, UNB, 1981.

PRADO Jr, Caio. *Estruturalismo de Lévi-Strauss, O Marxismo de L. Althusser*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. *Introdução à Lógica Dialética (Notas Introdutórias)*. São Paulo: Brasiliense, 1959.

_____. *Dialética do conhecimento*. São Paulo: Brasiliense, 1952.

RICOEUR, P. *Temps et récit*. (Tomes 3). Paris: Seuil. 1983-1985.

_____. *Du Texte à l'action: essais d'herméneutique II*. Paris: Seuil. 1986.

_____. “L'identité narrative”. *Esprit*, n. 7-8, 1988.

ROCHA-Coutinho, M. L. “A análise do discurso em psicologia: algumas questões, problemas e limites”. In: SOUZA, L., Quintal de Freitas, M.F. & Rodrigues, M.M.P. (orgs). *Psicologia: Reflexões (im)pertinentes*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998..

- RORTY, Richard. *A filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995.
- SALIBA, Elias T. “Braudel, visão multiseccular”. Estado de Sao Paulo. Sao Paulo, p.2, 28 set. 1991.
- _____. “Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e o consumo das imagens”. In. BITTENCOURT. Circe (org.) *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2002.
- _____. “Bakhtin, o filósofo do riso e das inquietações” In: O Estado de S.Paulo. Caderno 2/Cultura São Paulo, 27 jul. 2003. p. 4.
- SALMON, W. C. *The Foundations of Scientific Inference*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1967.
- SCHUTZ, A. *Le Chercheur et le quotidien*, Ch. IV: Sur les réalités multiples. Paris: Méridien Klincksieck, 1987, p.103-29.
- SECCO, Lincoln. *Caio Prado Júnior : o sentido da revolução*. São Paulo, Boitempo, 2008.
- _____. “O marxismo de” In: Teoria e Debate 73, setembro/outubro 2007, pp. 51-53.
- SOUZA, Luís Eduardo S. de. “A História Econômica como InterDisciplina Interdependente”. Revista Controversa - FEA - USP, São Paulo, v. 08, 1996.
- SOUZA, M. L.; FREITAS, M. F. Q.; RODRIGUES, M. M. P. *Psicologia: reflexões (im)pertinentes*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
- SLOBIN, D. I. *Psicolinguística*. São Paulo: EDUSP, 1980.
- STONE, Lawrence. “O Ressurgimento da Narrativa. Reflexões sobre uma nova velha história”. RH – Revista da História. n 2/3, primavera, 1991, p 13-37.
- TEIXEIRA, M. “A constituição do sujeito discursivo”. In: CORACINI, M. J.; PEREIRA, A. E. *Discurso e sociedade: práticas em análise do discurso*. Pelotas: Educart, 2001.
- TEIXEIRA, Rodrigo A. “O capital como sujeito e o ‘sentido da colonização’”. In: X Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política, 2005, Campinas. Anais do X Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política, 2005.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso*. São Paulo: Edusp, 2001.